

XI DISTINÇÃO OIDP "BOA PRÁTICA EM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ"

FICHA DE CANDIDATURA



A. DADOS BÁSICOS DA EXPERIÊNCIA:

Nome da experiência: Eco Parlamento de Guimarães		
Nome da cidade/região: Guimarães - Portugal		
Entidade promotora: Câmara Municipal de Guimarães		
País: Portugal		
Data de início: 27/10/2015	Data de finalização: 13/05/2016 (da 1ª Edição do Eco Parlamento)* *Ainda em curso (2ª Edição - 2016/2017)	
Tamanho da população: 156 762 hab.		
Área: 241,3 km ²		
Densidade: 656,0 (N.º/ km ²)		
PIB per capita: --		
Principal setor econômico: Setor Textil		
Tipo de experiência:	Democracia Participativa Jovem	
Âmbito territorial	Conjunto do território	X
	Distrito	X
	Bairro	X
Âmbito temático	Governança	
	Educação	
	Transporte	
	Gestão urbana	
	Saúde	
	Seguridade	
	Meio ambiente e/ou agricultura urbana	
	Novos movimentos sociais e associativismo	
	Cultura	
	Habitação	
	Criação de trabalho	
	Descentralização	
	Desenvolvimento local	
	formação/capacitação	
	Economia e/ou finanças	
	Normativa legal	
	Inclusão social	
Todos	X	
Outros		

B. FUNCIONAMENTO

DESCRIÇÃO DO CONTEXTO ONDE SE DESENVOLVEU A EXPERIÊNCIA

O Município de Guimarães prepara atualmente a candidatura a Capital Verde Europeia 2020. Nesta linha de pensamento, alerta à sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento sustentável, consideramos que o Eco Parlamento veio consubstanciar este desígnio ao induzir no espaço escolar a temática ambiental, propiciando aos grupos de trabalho a sua reflexão e discussão de um Desafio Ambiental por eles definidos.

A recente aceitação, em Maio de 2016, de Guimarães pela UNICEF "Cidade Amiga das Crianças" eleva os resultados e impactos da iniciativa reforçando a pertinência da participação dos mais jovens no progresso das comunidades, tanto na atualidade como no futuro por via da Democracia Participativa Jovem.

Sublinha-se ainda que o Eco Parlamento está inserido no programa ambiental PEGADAS, promovido pelo Município de Guimarães. Este programa e esta ação propiciam um não tão comum caso de cruzamento de duas valências municipais. Para a operacionalização do EP (e a base do PEGADAS) foi iniciada a profícua sinergia entre a Divisão da Educação e a Divisão dos Serviços Urbanos e Ambiente.

De igual modo, estas ações promovidas pelo Município refletem positivamente no Desígnio Guimarães mais Verde, através da Estrutura de Missão da candidatura a Capital Verde Europeia, num claro envolvimento de todos os estratos da população rumo a um percurso cujas marcas distintivas e resultados impactarão tão ou mais que o título a alcançar, propiciando uma maior qualidade de vida à população Vimaranesa na sua globalidade. De referir que o PEGADAS assume a importante responsabilidade de envolvimento das escolas ao nível da Educação e Sensibilização Ambiental.

OBJETIVOS

- Desenvolver a ética e cidadania ambiental, a consciência cívica e o debate de ideias dos jovens;
- Identificar desafios ambientais do concelho e procurar soluções no âmbito do desenvolvimento sustentável;
- Integrar nas políticas do quotidiano, a ciência, o desenvolvimento sustentável e o entendimento global;
- Promover oportunidades juvenis de participação ativa numa vivência de trabalho democrático;
- Criar oportunidades de colocar em prática as aprendizagens adquiridas em contexto

escolar;

- Proporcionar aos jovens uma experiência de aprendizagem prática, válida e inovadora em assuntos ambientais;
- Focar a sustentabilidade global das ações locais;
- Potenciar o espírito de iniciativa e autonomia;
- Consciencializar os jovens do impacto que as suas posições e decisões podem ter na construção das políticas de âmbito local;
- Criar oportunidade e espaços de discussão pública e participação.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O Eco Parlamento foi idealizado para todos os ciclos de ensino com exceção do pré-escolar. A edição correspondente ao ensino básico foi operacionalizada pelo Laboratório da Paisagem e a edição para o ensino secundário articulada com o Parlamento Jovem Europeu. Ambas as iniciativas tiveram a coordenação do Município de Guimarães. A iniciativa Eco Parlamento (EP) organizada pelo Município de Guimarães e pelo Laboratório da Paisagem é uma das ações âncora do programa ambiental 'PEGADAS – Programa Ecológico de Guimarães para a Aprendizagem do Desenvolvimento Ambiental Sustentável que com base em princípios de Democracia Participativa Jovem, tem vindo a atrair desde 2015 para o debate municipal jovens do ensino básico e secundário à reflexão sobre o desenvolvimento sustentável para Guimarães. Os alunos apresentam propostas e debatem a sua aplicabilidade, num exercício em tudo idêntico ao de um Parlamento convencional. A 2ª edição do EP (2016/2017) em processo de abertura de inscrições, é dedicada à "Agenda 2030 e a Implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ONU" pretendendo introduzir a comunidade jovem nos planos de desenvolvimento atuais, promover a identificação de desafios ambientais vimaranenses na procura de soluções sustentadas para o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento sustentável do concelho. Em particular, espera-se contribuir para a implementação do 'objetivo 4.7' dos "Objetivos do Desenvolvimento Sustentável", cujo enfoque é o de garantir que "os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável por meio da educação para o desenvolvimento sustentável".

Assegurando-se ser um processo em curso, o Eco Parlamento (EP), tem sabido manter o foco da comunidade jovens em diversas temáticas pulsantes. A promoção de um pensamento crítico tem como base macro temáticas que epistemologicamente orientam os alunos, aliando de um lado, o interesse para a comunidade jovem e por outro a interferência que o seu trabalho terá no território que habitam e no cumprimento das

agendas internacionais que hoje ditam grande parte das iniciativas da agenda urbana. Se a 2ª edição prevista versa sobre a "Agenda 2030 e a Implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ONU", a 1ª edição (2015/2016) que juntou sete Agrupamentos do concelho contou com um quadro teórico enquadrado na estratégia do "Ano Internacional para o Entendimento Global"- "Construindo pontes entre os pensamentos globais e as acções locais" (YIGU), em concordância com o desafio lançado pela 'União Geográfica Internacional' (IGU), abordando a forma como o ser humano transforma e molda a natureza, percebendo as consequências globais do seu comportamento quotidiano.

Abraçando metodologias assentes em bases de Educação Não Formal, proporciona-se aos jovens o desenvolvimento de competências discursivas, de síntese e de organização de informação e a apresentação de ideias e soluções em trabalho de equipa para os desafios ambientais identificados. Deste modo, os jovens, ao desenharem e apresentarem a Solução Ambiental, cumprem o desígnio da abertura a debate das políticas de desenvolvimento sustentável à comunidade jovem

LIDERANÇA DA INICIATIVA E CORRESPONSABILIDADE DOS DIFERENTES ATORES.

Este processo nasce da parceria estabelecida entre o Município de Guimarães e o Laboratório da Paisagem no âmbito da implementação do projeto PEGADAS. Pretendem com esta cooperação uma aplicação prática de políticas de sustentabilidade e de participação cívica que envolvam a comunidade educativa.

TRANSVERSALIDADE E COORDENAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES OU COM OUTROS DEPARTAMENTOS DO MESMO GOVERNO MUNICIPAL.

Este programa assume um carácter transversal na medida em que engloba não só os diferentes estabelecimentos de ensino concelhios, como envolve na sua implementação diferentes departamentos do Município - educação e ambiente, aliando ainda a parceria com a Associação Laboratório da Paisagem.

C. METODOLOGIA

DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA E DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO IMPLEMENTADOS NAS DIFERENTES FASES DO PROCESSO:

Após convite a todos os Agrupamentos de Escolas, a apresentação do projeto e a abertura de inscrições procedeu-se à sessão pública com a apresentação dos documentos base da iniciativa, nomeadamente o Documento de Inscrição (ver Anexo 2) e Normas (ver Anexo 3).

Considerando que este projecto assenta nos princípios da sustentabilidade ambiental, a comunicação foi realizada pela via digital, através da qual se procedeu à divulgação e respetiva documentação.

Cada escola foi convidada a apresentar um grupo composto por 4 elementos com representatividade de alunos de cada ciclo (1º, 2º e 3º ciclos), que numa primeira fase indique a temática/ desafio ambiental seleccionado no que reporta à edição do ensino básico. As equipas do Eco Parlamento Secundário eram igualmente compostas por elementos dos vários anos de ensino. Nas equipas exige-se igual nível de participação pelos diferentes elementos nas sessões.

Foram realizadas visitas técnicas ao espaço escolar pelo elemento de articulação (técnico/investigador do Laboratório da Paisagem) a cada agrupamento inscrito para a concretização de sessões de trabalho com o grupo inscrito de onde se interpõem: apresentação entre pares e outras dinâmicas em contexto de Educação-Não-Formal; apresentação dos Objetivos das sessões; apresentação da metodologia de trabalho, metodologia SMART; apresentação das datas das sessões parlamentares e marcação de novas visitas técnicas que procederão as fases subsequentes; discussão, orientação e acompanhamento do projeto desenvolvido.

O EP divide-se em três sessões parlamentares distintas correspondente a três rondas parlamentares.

A metodologia de trabalho, metodologia SMART (ver Anexo 4) – mnemónica de Specific (Específico); Measurable (Mensurável); Attainable (Atingível); Realistic/Relevant (Realista/Relevante) e Time-bound (Temporizável) é trabalhada progressivamente até à terceira sessão parlamentar.

As duas primeiras sessões com realização no Laboratório da Paisagem – Guimarães objetivam a estruturação e a planificação metodológica dos grupos de trabalho e a terceira e grande final, no Auditório Nobre da Universidade do Minho, para a votação dos trabalhos apresentados e a anunciação da pontuação final.

D. RECURSOS ECONÔMICOS

ESTRATÉGIA DE FINANCIAMENTO

Não existe orçamento definido para a iniciativa uma vez que todo o processo de implementação é efetuado por trabalho dos colaboradores do município e do laboratório da paisagem. A totalidade dos recursos utilizados (humanos e materiais) é disponibilizada pelo Município e pelo Laboratório da Paisagem.

Recursos Humanos – organização, acompanhamento e júri avaliador

Recursos materiais – material de desgaste, transporte, prémios

E. DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO E DEVOLUÇÃO AOS PARTICIPANTES

DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO DIFUNDIDA AO LONGO DO PROCESSO

A comunicação envolveu a seguinte estruturação:

- 1) Sessão pública da iniciativa a todos os Agrupamentos de Escola (Laboratório da Paisagem, 13/05/2016);
- 2) Imprensa local e Redes Sociais, web-pages institucionais (CMG; Laboratório da Paisagem) dando conta do arranque do EP;
- 3) Conteúdo noticioso entre Sessões Parlamentares dando conta do acompanhamento dos trabalhos;
- 4) Contacto formal realizado com a IYGU, informando da adoção da iniciativa para o quadro teórico do EP (2015/2016);
- 5) Reforço noticioso dando conta da 3ª sessão parlamentar e última (13/05/2016);
- 6) Notícia da assunção do programa ambiental PEGADAS como amigo do Ano Internacional para o Entendimento Global (IYGU) e da identificação do EP como boa prática;
- 7) Notícia de balanço final da 1ª Edição do EP;

Nos seguintes meios de comunicação:

Rádio, Imprensa escrita local, Imprensa escrita regional, Sítios da Internet

A visualização de alguns recortes de imprensa nacional e regional pode ser consultada no Anexo IV.

DEVOLUÇÃO AOS PARTICIPANTES

A devolução da informação decorre das próprias sessões em que o feedback é imediato. Igualmente existem encontros entre as sessões em que se faz um acompanhamento técnico aos alunos participantes no sentido de melhorar a sua intervenção na iniciativa. Após este acompanhamento de motivação e de correção das fragilidades é notória a melhoria das suas intervenções.

F. RESULTADOS

NUMERO TOTAL DE PARTICIPANTES NO PROCESSO E PORCENTAGEM SOBRE O TOTAL DO PUBLICO-ALVO. PERFIL DOS PARTICIPANTES.

O Projeto foi apresentado à totalidade dos agrupamentos escolares, tendo-se inscrito nesta ação 7 agrupamentos dos 14 existentes.

Diretamente:

28 Estudantes do ensino básico e 12 alunos secundário

25 Professores (coordenadores EP e professores bibliotecários) – ensino básico

4 professores – ensino secundário

Indiretamente:

17000 alunos (básico e secundário)

1780 professores (básico e secundário)

FOI PRODUZIDA DOCUMENTAÇÃO SOBRE OS RESULTADOS? , DE QUÉ TIPO? , É A DOCUMENTAÇÃO ACCESIVEL? , FOI DEVOLVIDA PARA A CIDADANIA?

A devolução das informações decorre do próprio funcionamento participativo das sessões de parlamento. Cada escola prepara o seu próprio dossier de trabalho e de informação para o júri.

Após estas sessões são publicitados através dos média e de um relatório final das conclusões da iniciativa. Temos assim o documento agregador das ideias apresentadas.

IMPACTOS NA POLITICA PÚBLICA. POR FAVOR, INDIQUE SE LOGO DA IMPLEMENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA TIVERAM LUGAR CAMBIOS NA LEGISLAÇÃO, NAS ATUAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO (PLANES, PROJETOS ETC.), NO ORÇAMENTO E/OU NA GESTÃO MUNICIPAL.

O EP propiciou a envolvência dos atores políticos e técnicos na formação de um grupo de trabalho e abertura de novos procedimentos. Concretamente, o júri externo do EP e a mesa da Assembleia do EP conta com elementos do quadrante municipal e político que

têm como função fazer a ponte entre os Desafios Ambientais a trabalho e a vontade municipal.

A atividade resultou num maior conhecimento das preocupações da comunidade escolar e na observação de mecanismos passíveis de dar resposta a estas questões, nomeadamente a utilização do Orçamento Participativo Escolas como ferramenta de execução dos projetos.

Paralelamente, proporciona a oportunidade de um contacto mais direto com os alunos por parte dos técnicos que usualmente não se encontram tão integrados diretamente na dinâmica escolar.

Resulta ainda na manifestação de vontade de todos os agentes na abertura à população estudantil, e subseqüentemente à restante comunidade (Professores e Pais), numa clara demonstração de validação das preocupações da comunidade relativamente à temática ambiental, funcionando ainda como impulsionador da participação cívica e de um olhar mais crítico sobre os contextos e a preservação ambiental.

IMPACTOS NOS ATORES. EFEITOS CULTURAIS NOS PARTICIPANTES E TAMBEM NO GOVERNO MUNICIPAL (TÉCNICOS, POLITICOS...)

Participantes

- a) incremento da auto-confiança;
- b) potencialização da capacidade argumentativa e discursiva;
- c) colocação em prática de conhecimento obtido em contexto escolar;
- d) maior sensibilidade para as questões ambientais e de desenvolvimento sustentável;
- e) interesse pelas políticas municipais;

Sociedade

- a) Reconhecimento da capacidade mobilizadora dos jovens em matérias ambientais;
- b) Reconhecimento dos esforços Municipais em matérias de Desenvolvimento Sustentável nas camadas mais jovens da população residente;

IMPACTOS EXTERNOS. APLICAÇÃO DA EXPERIÊNCIA NOUTRA CIDADE, POR OUTRA ORGANIZAÇÃO, TRANSFERIBILIDADE.

Esta iniciativa é facilmente transferível para outras comunidades.

O Eco Parlamento foi reconhecido como medida exemplar, pela forma como, através do princípio da Democracia Participativa Jovem, atraiu para o debate concelhio jovens do ensino básico que refletiram sobre o desenvolvimento sustentável para o território que habitam pelo Ano Internacional para o Entendimento Global (IYGU), uma iniciativa da 'União Geográfica Internacional' (IGU) que aborda a forma como o ser humano transforma e molda a natureza, percebendo as consequências globais do seu

comportamento quotidiano.

G. AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO.

DESCRIBA BREVEMENTE QUÉ TIPOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO FOI PREVISTA (INTERNA/EXTERNA), ENTIDADE QUE IRÁ A REALIZAR A AVALIAÇÃO E PARÁMETROS QUE IRAO A SER MEDIDOS.

Os trabalhos apresentados são avaliados por um Júri Interno, composto pelos grupos participantes da sessão que votam somente na terceira sessão parlamentar (S3); e um Júri Externo, composto por três elementos convidados pela Câmara Municipal de Guimarães e pelo Laboratório da Paisagem de Guimarães, que vota em cada uma das sessões (S1;S2;S3).

O cálculo da Pontuação Final dos trabalhos respeita a seguinte fórmula:

PF = votação atribuída pelo Júri Interno (JI) + votação atribuída pelo Júri Externo (JE)
(70%) (30%)

Findo o processo de cálculo das Pontuações Finais, a Mesa do Parlamento interrompe os trabalhos e anuncia o grupo que obteve a pontuação mais elevada.

Em caso de empate, os dois trabalhos mais votados serão alvo de um novo processo de votação, até ser encontrado um único vencedor.

A cada membro do Júri Interno e Externo é atribuído um boletim de voto. Os jurados devem votar obrigatoriamente nos trabalhos com as seguintes pontuações 5 (excelente), 4 (muito bom), 3 (bom), 2 (satisfatório) e 1 (insatisfatório), por ordem de mérito e preferência.

Na atribuição das pontuações, os membros do Júri Interno e Externo devem atender entre outros critérios, ao da criatividade, originalidade, organização, inovação, linguagem, exequibilidade, pertinência, qualidade da mensagem, apresentação gráfica e exposição dos trabalhos apresentados.

No respeitante à monitorização, são levadas a cabo diversas visitas técnicas ao espaço escolar ao longo das três sessões parlamentares para um trabalho direto com os grupos de trabalho favorecendo um diálogo mais ativo e próximo com os participantes.

Tendo em conta que é uma iniciativa em curso está prevista a colocação de um inquérito de avaliação e satisfação.

INDIQUE SE A CIDADANIA PARTICIPA NA AVALIAÇÃO E/OU SE EXISTE UMA DEVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO PARA A CIDADANIA.

Os cidadãos possuem face a esta atividade um envolvimento indireto que resulta sobretudo da passagem da mensagem de participação cívica e preocupação ambiental que se observa pela participação dos alunos e conhecimento por parte das famílias e outros agentes educativos. O elevado envolvimento e atribuição de significância por parte da comunidade escolar, potenciou o reconhecimento não só da atividade per si, mas ainda da necessidade de adotar medidas que potenciem o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Existiu a preocupação de disseminar informação junto dos meios de comunicação sobre o decorrer desta atividade.

UMA VEZ QUE TERMINOU A AVALIAÇÃO, O GOVERNO MUNICIPAL PREVIU O SEGUIMENTO/MONITORIZAÇÃO DE PROCESSO POR PARTE DA CIDADANIA?

Está prevista a realização de uma nova edição, sendo esta a maior prova da pertinência e sucesso da iniciativa.

O envolvimento da comunidade escolar é crescente e o interesse demonstrado é comprovado com as solicitações de informação e de implementação em cada uma das escolas e locais da iniciativa.

H. RESUMO E CONCLUSÕES

ELEMENTOS A DESTACAR DA EXPERIÊNCIA.

- Envolvimento da comunidade escolar de uma forma ativa.
- Articulação entre os diferentes graus de ensino na criação de grupos parlamentares;
- Promover a observação dos contactos entre a escola e a comunidade;
- Desenvolver nos alunos práticas de cidadania participativa

DESAFIOS PARA ALCANÇAR.

Envolver a totalidade da comunidade escolar que ronda os 17000 alunos

RAZÕES PELAS QUAIS A EXPERIÊNCIA É CONSIDERADA INNOVADORA.

Considera-se o EP inovador, no respeitante a:

- a) Constante nas Normas de participação do EP, cada escola compromete-se a apresentar um grupo composto por 4 elementos tendo em conta a inclusão de alunos de cada ciclo (1º ciclo/2º ciclo/ 3º ciclo). É precisamente esta inclusão de ciclos, nomeadamente o 1º ciclo que consideramos ser inovador desde um ponto de vista multietário. É hoje, mais do que nunca, de elevada consideração a envolvimento dos mais jovens nos processos de crítica e de proposta de trabalho versada sobre temáticas do desenvolvimento sustentável e ambiente, considerando que são os jovens os verdadeiros agentes da mudança ambiental.
- b) O acompanhamento técnico durante todo o processo com visitas regulares ao espaço escolar;
- c) A presença nas três sessões parlamentares de representantes do poder político;
- d) O aprofundamento de planos, agendas, anos comemorativos temáticos com relevância nacional e internacional;
- e) Promove a identificação de problemas ambientais à escala concelhia;

A sessão final do Eco Parlamento contou com a presença de elementos do grupo de trabalho da 'EUROCITIES network', que reconheceram o carácter inovador e abrangente deste tipo de iniciativa junto da população escolar. Igualmente, o Eco Parlamento foi reconhecido como medida exemplar, pela forma como, através do princípio da Democracia Participativa Jovem, atraiu para o debate concelhio jovens do ensino básico que refletiram sobre o desenvolvimento sustentável para o território que habitam pelo Ano Internacional para o Entendimento Global (IYGU), uma iniciativa da 'União Geográfica Internacional' (IGU) que aborda a forma como o ser humano transforma e molda a natureza, percebendo as consequências globais do seu comportamento quotidiano (Anexo IV).

Anexo I. Resumo

A iniciativa Eco Parlamento (EP) organizada pelo Município de Guimarães e pelo Laboratório da Paisagem é um dos projeto-chave do programa ambiental ‘PEGADAS– Programa Ecológico de Guimarães para a Aprendizagem do Desenvolvimento Ambiental Sustentável que tem vindo a atrair desde 2015 para o debate concelhio, jovens do ensino básico e secundário que desejem indagar sobre o desenvolvimento sustentável para o território que habitam.

A identificação de desafios ambientais vimaranenses e a procura de soluções sustentadas por parte dos grupos de alunos é o mote do EP.

Em particular, o EP espera contribuir para a implementação da garantia de que os alunos adquirem conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável por meio da educação para a sustentabilidade. Assente em metodologias de educação não formal, proporciona-se aos jovens o incremento de competências discursivas, a síntese do conhecimento adquirido em contexto escolar, a organização de informação científica e a apresentação de ideias e soluções em trabalho de equipa para os desafios ambientais identificados. Dividido em três sessões, a Apresentação do Desafio Ambiental, a Estruturação metodológica da Solução Ambiental e a Votação final, o EP é igualmente acompanhado por visitas técnicas no espaço escolar.

O trabalho difunde uma boa prática que experiencia, por via do debate, as políticas de desenvolvimento sustentável conjuntamente com os principais agentes da mudança ambiental: a comunidade jovem.

Anexo II. Documento de inscrição do Eco Parlamento

Anexo III. Normas do Eco Parlamento

Anexo IV. Metodologia SMART

Anexo IV. Recortes de Imprensa local e regional

Anexo V. Logótipo Eco Parlamento



Anexo VI. Comunicação Oral: “Eco Parlamento: a Democracia Participativa Jovem em diálogo com a sustentabilidade e o desenvolvimento de Guimarães, no dia 10 de Novembro de 2016, no âmbito do ‘II Congresso Internacional Ambiente, Educação e Desenvolvimento’ em Leiria.

Anexo VII. Fotos da 1ª edição do Eco Parlamento

Sessões Técnicas





Sessões Parlamentares





Sessões Parlamentares (Sessão Final)



**XI DISTINÇÃO OIDP "BOA PRÁTICA
EM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ"**
FICHA DE CANDIDATURA



**XI DISTINÇÃO OIDP "BOA PRÁTICA
EM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ"**
FICHA DE CANDIDATURA

